

A EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS
autonomia ou adaptação?
(uma abordagem discursiva)

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Ana Maria Gama Florencio
(organizadoras)

A EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS
autonomia ou adaptação?
(uma abordagem discursiva)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Educação de jovens e adultos : autonomia ou adaptação? : (uma abordagem discursiva) / (organizadoras) Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, Ana Maria Gama Florencio. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2013.

Vários autores.

ISBN 978-85-7591-241-6

1. Educação de Jovens e Adultos 2. Políticas públicas 3. Prática de ensino 4. Professores - Formação profissional 5. Sala de aula – Direção I. Cavalcante, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira II. Florencio, Ana Maria Gama.

13-11541

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de jovens e adultos : Políticas públicas : Educação 370.1

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

OUTUBRO/2013

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Dedicatória

*Dedicamos este livro a todos os jovens e adultos
trabalhadores, excluídos do mundo letrado que, após uma
jornada extenuante, ainda buscam conquistar seu direito
de acesso ao conhecimento historicamente produzido.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO.	7
<i>Ana Zandwais</i>	
APRESENTAÇÃO	17
PRÁ APRENDER A LER, PRÁ ISSO NÃO TEM HORA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA.	21
<i>Rita Magna de Almeida Reis Lôbo de Vasconcelos</i>	
TECNOLOGIA, FORÇA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS BRASILEIROS NA ERA DO CAPITAL.	59
<i>Andréa Giordanna Silva Araújo</i>	
O SUJEITO ANALFABETO E A INSTITUIÇÃO	85
<i>Cláudia Cristina Medeiros de Almeida</i>	
UMA ANÁLISE CRÍTICO-REFLEXIVA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS.	105
<i>Ana Paula Araújo da Silva e Suele Regina Pinheiro</i>	

A LEITURA E A ESCRITA, NA SALA DE AULA DE EJA, COMO DESVELAMENTO DA REALIDADE SOCIAL.	131
--	-----

Ana Maria Gama Florencio

“NÃO PRECISA ENTENDER, É SÓ PARA APRENDER A LER”	157
---	-----

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante e

Elizângela Patrício da Silva

PREFÁCIO

A proposta de prefaciар um estudo como “A Educação de Jovens e Adultos: autonomia ou adaptação?” que consiste da produção intelectual de docentes e discentes dos cursos de Pós-Graduação em Educação Brasileira e de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas nos impõe responsabilidades significativas, sobretudo, diante da relevância das questões exploradas em torno do tema “Educação de Jovens e Adultos e do comprometimento dos pesquisadores com a produção de uma pesquisa minuciosa envolvendo dados valiosos sobre o modo como esta questão tem sido tratada por governos, instituições ministeriais e educadores no Brasil.”

A análise dos processos discursivos a que remete esse estudo já nos aponta as relações inequívocas entre as reflexões sobre o processo educacional em que se inscrevem as práticas de ensino-aprendizagem de leitura e escrita, direcionadas à alfabetização de um contingente de sujeitos excluídos da escola e o espaço discursivo que constrói, através de decretos federais, discursos institucionais, via Ministério de Educação, discursos sociais, discursos midiáticos e discursos panfletários; determinados imaginários sobre as políticas públicas que precisam tornar-se visíveis atendendo, ao mesmo tempo, os interesses de uma sociedade que se “desenvolve” por meio da

divisão e da segregação social e as demandas de uma parcela expressiva da população brasileira, constituída por aqueles que estão à margem de condições dignas de sobrevivência no seio do próprio corpo social para o qual trabalham.

Ao tratarmos do tema, estamos, portanto, tratando de questões de ordem política porque estamos diante da desigualdade. E, se a política, conforme Jacques Rancière¹ (1996) somente se funda em virtude da existência dos desiguais, é consequência do litígio que se materializa como distribuição não equânime, desordenada do corpo social na *civitas*. É preciso compreendê-la tanto como prática, quanto como um campo de saber que coloca em jogo o entendimento das razões que determinam as práticas de administração dos conflitos sociais, a compreensão das práticas e, sobretudo, dos fins que permitem a reprodução de formas de ação destinadas à manutenção da desigualdade, de processos de exclusão social, de multiplicação dos “desiguais”.

Ao colocar “em cena”, deste modo, os fins para os quais servem a manutenção das diferenças, a divisão entre aqueles que têm acesso aos bens materiais e simbólicos, produzidos pela sociedade, e os que são desprovidos da condição de acesso aos bens de toda ordem, os domínios do político, como produção de conhecimento, possibilitam, à superestrutura, escolhas em torno de como administrar conflitos sociais de modo a transformar os “abismos” que separam os sujeitos não-contáveis dos contáveis; em possibilidades de fundar novas realidades sociais, mais equânimes e, portanto, mais justas. Possibilitam também à infraestrutura questionar a legitimidade daqueles que a representam; o modo como administram as questões comuns; os patrimônios coletivos; as formas através das quais buscam minimizar a distribuição desigual dos sujeitos, em relação às

1. Fazemos referência ao texto *O desentendimento* (1986), São Paulo, Ed. 34, que trata da condição constitutiva da política, de seus fins primeiros no seio das sociedades onde a estratificação de classes é significativa.

condições de acesso, a direitos que deveriam ser, minimamente, de todos, tais como o direito à educação e à seguridade social.

Cabe observar, por outro lado, que a materialidade do político é concreta, sendo constituída tanto pelo modo como as ações e as correlações de força entre a superestrutura e a infraestrutura permitem representá-lo, no âmbito do vivido, conforme Arendt (1968),² como pelos discursos que são produzidos com vistas a intervir nas circunstâncias históricas que configuram o real de desigualdade do “Estado de Direito”, sobretudo nas sociedades onde a democracia não se confirma senão nos regimentos e dispositivos jurídicos.

É, pois, desde o âmbito do discurso, que os autores analisam as práticas educativas que determinam a política educacional adotada nos Projetos de EJA, considerando a necessidade, a importância do trabalho de construção de uma política emancipatória que seja capaz de reverter a realidade do elevado índice de analfabetos brasileiros, através de programas de educação continuada e do desenvolvimento de ações educacionais, comprometidas não somente com o conhecimento dos interesses de jovens e adultos trabalhadores que buscam apropriar-se da leitura e da escrita, mas sobretudo com a criação de espaços concretos de interlocução que possibilitem o reconhecimento identitário desta parcela excluída de trabalhadores, como integrantes do mundo letrado, como produtores de saberes, como autores de seus próprios textos, como questionadores da realidade social, reconhecimento este fundamental para torná-los capazes de reconhecerem a si próprios e de transformar suas condições de vida.

2. Fazemos referência a *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1968. Nesta obra, Arendt coloca em perspectiva suas reflexões sobre o caráter da política em sua dimensão concreta, que pode ser entendida como “a ação sobre a ação.”

Uma política de semelhante envergadura, por outro lado, não poderia ser reduzida à simples propaganda do cotidiano, à retórica presente em *outdoors* afixados nas periferias das cidades brasileiras, criando a ilusão de que basta ligar para “0800 61 61 61” para deixar de ser analfabeto³ porque o “Brasil é um país de todos” conforme nos mostra o capítulo intitulado “Pra aprender a ler, pra isso não tem hora: uma abordagem discursiva”...

Essa “contingência” que transforma o essencial em supérfluo, que inverte o processo, colocando em segundo plano as práticas educativas, não consegue, no entanto, ser de todo refratada. Ela emerge, com todo vigor, nos depoimentos de professores envolvidos nos Projetos voltados para Alfabetização de jovens e adultos, como encontramos no capítulo intitulado “O Sujeito Analfabeto e a Instituição” em que são analisados os sentidos do que dizem os professores, a partir da experiência de ensinar na EJA.

Enunciados como “Os professores têm outras ocupações, não dispõem de tempo para se dedicarem ao projeto...” (p. 108) “Eu não sei trabalhar não, estou aprendendo... pode sair muita coisa errada” (p. 109). “Não vamos mudar essa realidade...” (p. 113) remetem não somente para as experiências vivenciadas em circunstâncias desfavoráveis à produção do conhecimento, mas também para o imaginário dos professores, constituído a partir de uma memória discursiva, na qual a polarização dos espaços de poder, dos direitos, pelas classes hegemônicas não lhes permitem acreditar em possibilidades de superação das desigualdades, das práticas de exclusão social.

3. Reportamo-nos ao capítulo I, intitulado “Pra aprender a ler, pra isso não tem hora: uma abordagem discursiva”, em que o autor analisa slogans e jingles produzidos por órgãos superestruturais com vistas a construir discursos sedutores que atraiam trabalhadores jovens e adultos para Projetos de Alfabetização.

Remetem, enfim, para a própria história de desigualdades que se funda com o colonialismo e se cristaliza sob diferentes formas da ação do capitalismo na sociedade, produzindo como um de seus efeitos mais significativos, entre os trabalhadores, os excluídos, a crença na impotência para aceder a outros espaços diante de seu despreparo e, entre os professores, o descrédito nas ações transformadoras promovidas pelas instituições governamentais, o sentimento de impossibilidade de mudar o quadro trágico de analfabetismo, ainda vigente no Brasil.

Por outro lado, se os discursos dos professores caracterizam sua fragilidade diante das situações de ensino-aprendizagem novas que precisam vivenciar, sem realmente estarem preparados para o desafio de poder criar condições de ensino voltadas para os interesses dos falantes que não dominam as formas de realização da escrita, também remetem para o despreparo das instituições que implantam projetos de Educação de Jovens e Adultos, sem qualquer preocupação com um processo de formação de seus docentes e do acompanhamento de suas experiências, de suas angústias, das dificuldades vivenciadas por eles, nas interlocuções do cotidiano e nos espaços destinados à produção de situações de ensino-aprendizagem, distintas daquelas oferecidas pelo ensino regular.

Assim, esse contexto, que mais parece um cenário global do “faz de conta,” onde os papéis acabam sendo representados sem o devido comprometimento, ou sob a angústia daqueles que não almejam defrontar-se com a frustração, com o sentimento de fracasso diante da realidade, acaba tornando-se uma “arena” dentro da qual subsistem os professores, os alunos trabalhadores que buscam na EJA as oportunidades que realmente gostariam de ter. Esse contexto, onde notadamente grande parte dos discursos institucionais são reduzidos à condição de mera retórica, segundo os autores, reflete o descaso das políticas públicas com a transformação da realidade sociocultural brasileira.

Portanto, se os vínculos estabelecidos entre a superestrutura e os projetos político-pedagógicos tomados como referência no cenário político do país não cumprem, exatamente, o papel de transformar a realidade vigente, acabam tornando-se mais úteis para adaptá-la às contradições que permeiam a ordem superestrutural, e que possibilitam senão escamotear, pelo menos neutralizar o papel secundário que as questões educacionais têm ocupado no país. Eis aqui um questionamento que perpassa todos os capítulos de “A Educação de Jovens e Adultos: autonomia ou adaptação?” Estaremos cegos diante dos projetos educacionais que são produzidos em dissonância com as necessidades dos trabalhadores, com as dificuldades vivenciadas pelos docentes? Tais considerações encontram respaldo nas próprias reflexões que vão sendo produzidas pelos autores, em torno das ações institucionais. Se a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, criada em 2003, através de dispositivo jurídico,⁴ não se efetiva como tal, não consegue suficiente sustentação para justificar a relevância da capacitação de recursos humanos, a necessidade de investimentos maiores nos projetos de letramento, como expandir as novas ações político-pedagógicas que precisam ser desencadeadas, de modo especial nos contextos escolares?

Tais considerações nos remetem, também, novamente, para Hanna Arendt (1968, p. 31), pois se, a política é, antes de mais nada, “a ação que se produz sobre a ação”, esta somente se dota de sentidos para aqueles que tomam a experiência como mestre, para os que questionam as lições da experiência, intervindo sobre as circunstâncias adversas, a fim de poder transformar as condições de produção, as formas de administrar os bens públicos, de torná-los realmente tangíveis para todos, instaurando novas circunstâncias a partir das quais é possível transformar também os excluídos em protagonistas da história.

4. ... (p. 18) faz referência à criação desta Secretaria pelo decreto n.º 10.683 de maio de 2003, durante a gestão ministerial de Cristovam Buarque, e cujas incumbências principais consistem na elaboração de políticas públicas voltadas para a “abolição” do analfabetismo.

É importante ressaltar, acerca das questões acima, que em “A Educação de Jovens e Adultos: autonomia ou adaptação?” encontramos reflexões críticas, altamente pertinentes em torno das ações que vêm ao encontro de práticas que estariam à mercê das circunstâncias, do acaso, pouco intervindo, por isso, sobre a realidade de analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores no país.

Podemos concluir, a partir dos dados apresentados, das análises realizadas pelas autoras que se produz, a partir desse contexto descomprometido com o conhecimento da realidade social, um “lapso na memória” dos idealizadores, dos executores dos projetos institucionais, dos educadores incumbidos de introduzir os trabalhadores analfabetos no mundo da escrita, do código verbal. E, após a leitura de depoimentos dos educadores, voltamos a nos questionar. Quais seriam as reais necessidades destes educadores que não foram, em momento algum, objeto de escuta dos responsáveis pela elaboração e implantação de políticas públicas? E diante das circunstâncias, talvez obtivéssemos a resposta: “O que isso importa? E para quem realmente?”

Segundo nossa ótica, é no âmago das discussões realizadas através dos capítulos deste livro que podemos adquirir consciência sobre “lacunas” que nos levam a questionar, de modo permanente, a inércia dos órgãos superestruturais, das políticas públicas para a produção de relações necessárias entre um passado escravagista, imperialista e segregador e um presente indiferente ao seu compromisso com o dever.

Ou seja, os estudos realizados nos mostram que precisamos instituir um presente que, pretendendo questionar suas heranças políticas e socioculturais, torne-se capaz de examinar, de modo concreto, as reais condições que se fazem necessárias para que o legado do futuro, o que se pode esperar do amanhã, em termos de realidade político-educacional, venha a ser o resultado de um conjunto de esforços da sociedade para que “os desiguais” adquiram maior autonomia cultural e intelectual, de tal forma

que o devir não se esgote na saturação dos discursos estéreis ou em ritos que se discursivizam através de *slogans*, de *jingles*, de propaganda partidária, produzida somente diante de processos de sufrágio, e, portanto, descomprometida com a luta por condições mais igualitárias dos desigualmente divididos.

Por fim, se o nosso ofício nos coloca na condição de lidar, de modo permanente, com os domínios do político, porque lidamos com o objeto discursivo, ele nos mostra também que os sujeitos não são determinados somente pelas classes em que se enquadram como produtores no processo de divisão do trabalho, mas que são igualmente estigmatizados por suas formas de acesso ao código linguístico, ao domínio do léxico, às formas de normatização da língua, na medida em que é este espaço de “familiaridade” com o que é próprio do “signo verbal” que lhes permite afirmar suas relações de pertencimento, através do *dictum*; serem reconhecidos por seu maior ou menor direito à palavra, estarem mais ou menos associados às propriedades do *logos*.

Deste modo, se as ações de favorecimento, a longo prazo, ao acesso à cultura letrada não encontram relevância plena em uma sociedade fluida, imediatista, essencialmente pragmática, como um processo de apropriação de bens culturais, de todo patrimônio simbólico, que constitui o legado histórico de um Estado-nação, então é preciso lembrar, em última instância, que o *logos* somente se constitui em sua complexidade na/pela materialidade sîgnica; e que, sobretudo, para os que vivem à margem das condições necessárias para aceder aos “privilégios” que o exercício do *logos* possibilita, é fundamental oferecer-lhes oportunidades de relacionar-se com os diferentes modos de ordenamento da linguagem, sobretudo com a linguagem formal, o código escrito, a fim de que as “incompatibilidades” entre as condições de acesso aos bens culturais não possibilitem, como legado futuro, o relato de uma história omissa diante da realidade vigente.

Ana Zandwais

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de pesquisas empreendidas em salas de aula de Educação de Jovens e Adultos, ao longo de três anos, por bolsistas de PIBIC, de Mestrado e Doutorado, em Educação Brasileira e em Letras e Linguística.

Não se trata de discutir teorias, nem metodologias que embasam o trabalho com EJA, mas objetiva desvelar os discursos, materializados em propagandas de programas de Governo, em falas de autoridades sobre a referida modalidade de ensino, em livros didáticos e em práticas pedagógicas observadas, que nos levaram a refletir sobre o trabalho que as escolas vêm realizando com os alunos dessa modalidade de ensino. Para tanto, os artigos que compõem este livro recorrem à Análise do Discurso de linha francesa, aliada ao materialismo histórico.

Diante das observações e entrevistas realizadas durante a pesquisa, interrogamo-nos se a EJA vem formando para a emancipação e tomadas de posição na sociedade, ou para a manutenção da exclusão e marginalidade social em que seus alunos se encontram?

Deveríamos estar vivenciando no Brasil programas que, de fato, auxiliassem na produção de inclusão social, pela via da educação dos que tiveram negada a oportunidade de estudar, visto que o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva

lançou, oficialmente, em setembro de 2003, o programa “Brasil Alfabetizado”, a partir da decisão da ONU de que o período compreendido entre 2003 e 2013 seria a década da alfabetização no mundo. Na ocasião, o Presidente Lula anunciava que até o final de seu primeiro mandato (2006), o seu governo cumpriria a meta de “abolir o analfabetismo do Brasil”.

Chegamos ao final de seu segundo mandato e o que, ainda, se vê, até hoje, é um trabalho incipiente e direcionado a deixar que os adultos e jovens desse país – que não foram contemplados com a escola regular na devida faixa etária – permaneçam à mercê de subempregos, sem poderem desfrutar de uma vida digna.

O que os artigos, resultantes das pesquisas, constatarem é um “faz de conta” nas salas de aula, sustentado pelo descomprometimento nas diferentes instâncias que lidam com a modalidade de EJA. Essa questão será exposta ao longo do livro, através dos artigos que, em sua diferença, compõem uma unidade, pois abordam o mesmo tema e concluem na mesma direção, diante das análises realizadas.

No primeiro artigo, *Pra aprender a ler, pra isso não tem hora: uma abordagem discursiva*, a autora Rita Magna de Almeida Reis Lôbo de Vasconcelos analisa o discurso veiculado na materialidade discursiva da propaganda de um dos programas de governo: *Brasil Alfabetizado! A Educação mudando o Brasil*, direcionado a “abolir o analfabetismo do Brasil”. O objetivo é possibilitar uma leitura crítica dessas campanhas publicitárias, buscando o desvelamento da ideologia – a partir da qual são enunciados –, mediante análise das sequências discursivas e das marcas linguísticas que contribuem para a produção de sentidos, no funcionamento do discurso das propagandas governamentais.

O artigo *Tecnologia, força de trabalho e educação de jovens e adultos brasileiros na era do capital*, de Andréa Giordana Silva Araújo, buscou identificar quais os interesses sociais que propiciam a percepção dos ideais (neo) liberais, como princípios formativos naturais, universais e irrefutáveis.

O estudo tem por objetivos, portanto, caracterizar a condição humana como uma categoria sócio-histórica, identificar como o trabalho humano é transformado em mercadoria (força de trabalho), nas sociedades capitalistas e, ainda, perceber como a tecnologia é apresentada como força motriz de desenvolvimento, sem origem e se pretendendo neutra.

A seguir, teoriza-se sobre as práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos, com o artigo intitulado *O sujeito analfabeto e a instituição*, de autoria de Cláudia Cristina Medeiros de Almeida, procurando-se desvelar as marcas discursivas que evidenciam a posição dos sujeitos no discurso institucional e dos educadores de EJA. Para tanto, recorre-se à teoria do discurso, para assim poder refletir sobre os efeitos de sentidos dos discursos, próprios de uma formação social neoliberal.

Uma análise crítico-reflexiva sobre a educação de jovens e adultos em Alagoas, resultado de uma pesquisa realizada por Ana Paula Araújo da Silva e Suele Regina Pinheiro, dá prosseguimento às reflexões sobre a EJA. A pesquisa constata que essa modalidade de ensino é vista como um processo “tardio” de alfabetização, que se diz pretendendo resolver a escolarização dos sujeitos que, por razões óbvias, foram excluídos desse processo, no período “regular”. No entanto, configura-se uma prática emergencial de alfabetização. O problema resultante de tal medida, faz-se a partir da concepção de alfabetização e da consequente metodologia abordada por um grande número de escolas, que têm voltado suas ações unicamente para a alfabetização, com base na decodificação, constituindo uma conduta pedagógica mecânica e descontextualizada.

Seguindo a trilha da reflexão sobre EJA, os dois últimos artigos respectivamente intitulados *A leitura e a escrita, na sala de aula de EJA, como desvelamento da realidade social*, de Ana Maria Gama Florencio e “*Não precisa entender, é só para aprender a ler*” de Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante e Elizângela Patrício da Silva voltam-se para a

observação da prática pedagógica, no sentido de verificar quais as concepções e tendências pedagógicas que subjazem as proposta de leitura, desenvolvidas pelos professores. Além disso, apresentam alternativas de abordagem do trabalho com a leitura, a partir do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso, por compreender a leitura como discursiva, ou seja, como produção de sentidos que possibilitem uma reflexão sobre a realidade social. Assim, pode-se observar se os efeitos do ensino da Língua Portuguesa, na perspectiva da formação do sujeito crítico, poderá levá-lo a compreender o que lê, entender a sociedade da qual faz parte e, sobretudo, atuar com o objetivo de transformá-la.

Espera-se, pois, possibilitar aos leitores momentos de reflexão sobre políticas e práticas pedagógicas de EJA, direcionadas à formação do sujeito-aluno dessa modalidade, para a constituição de cidadãos críticos, conscientes de um projeto histórico, do qual fazem parte, podendo, assim, também, fazer história.